

	Autor:	Ricardo Vilhena
	Data:	Sábado, 26 de Janeiro de 2008
	Pág.:	Capa+04
	Temática:	Nacional

Nova lei mata negócio de notários

BASTONÁRIO PREVE O FIM DA PROFISSÃO

Notários extintos

O Governo de Sócrates quer que deixe de ser obrigatório ir ao cartório para fazer a escritura pública de uma compra e venda de uma casa, de uma doação ou de uma alienação de herança. Só testamentos passam a necessitar dos notários

O Governo prepara-se para acabar com a obrigatoriedade de escritura pública para as transacções de imóveis, para a alienação das heranças e para o direito real de habitação periódica.

Esta é a intenção expressa num anteprojecto de lei, a que o 24horas teve acesso, e que prevê "a desformalização de processos" que, até agora, eram do domínio exclusivo dos notários.

Esta medida faz parte do programa governamental Simplex 2007, que já pôs em funcionamento medidas como a "Empresa na Hora" e "Casa Pronta", e que foram fortemente contestadas pelo sector do notariado português.

No preâmbulo do documento pode ler-se que, em alternativa, "estes actos passam a poder ser realizados por documento particular autenticado, sendo que as conservatórias, os advogados, os solicitadores e as câmara de comércio e indústria já o podem fazer". Segundo o documento, a segurança deste acto notarial fica garantida, uma vez que está "dependente de um registo electrónico".

O bastonário da Ordem dos Notários, Joaquim Barata Lopes, desvaloriza a existência do "documento particular autenticado": "Os documentos produzidos pelo notário têm incomparavelmente um valor e uma qualidade maior do que qualquer documento privado."

O representante máximo da Ordem dos Bastonários está preocupado com o facto de os portugueses perderem a confiança nos documentos: "O Estado está a desaconselhar as pessoas de irem ao notário, quando este era a única garantia de que o documento é autêntico."

1500 postos em causa

Com esta medida, apenas os testamentos continuam a depender dos notários para serem oficializados.

"São menos de 3 por cento dos documentos que têm necessidade de ser autenticados. Deste modo, o Governo prepara-se para extinguir uma classe profissional", lamenta Joaquim Barata Lopes. O bastonário diz que estão em causa "1500 postos de trabalho", sendo que destes 350 são notários.

"Com o esvaziamento da função dos notários fica em causa o direito constitucional de cada um exercer a sua profissão", defende o bastonário.

Os notários vão reunir-se hoje às 10h00 num hotel de Lisboa, para decidir as medidas de contestação contra esta medida.

Factos

CONSTRUÇÃO

De acordo com o artigo 47.º da Constituição da República Portuguesa, "todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse colectivo ou inerentes à sua própria capacidade".

FISCO

A Ordem dos Notários teme que o Ministério das Finanças deixe de cobrar milhões de euros em impostos, já que "deixará de ter controlo sobre as transacções imobiliárias."